

## A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA ESCOLA PÚBLICA: OS DESAFIOS DE SUA PRÁTICA COMO (RE) PENSAR AMBIENTAL.

Paulo Sergio da Silva <sup>1</sup>

### RESUMO

A educação ambiental mantém uma relação na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como o valor inseparável do exercício da cidadania conforme art. 5º da Constituição Federal. Sua prática torna-se um processo que convergem ao encontro da prevenção dos acidentes ambientais e parte de um conjunto de ações que objetiva a manutenção da qualidade de vida. Sua construção origina-se de um processo educativo que implica em um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas ações políticas de convívio social, que busca uma distribuição igualitária entre os benefícios e os prejuízos sobre a apropriação e do uso da natureza. Nesse sentido, devemos ver a educação ambiental como um processo que caminha rumo a uma mudança de postura para a composição da sustentabilidade socioambiental resgatando o significado do valor ecológico como agente de transformação do meio. Esse artigo é resultado de um projeto de Educação Ambiental desenvolvido nas séries iniciais em uma escola pública da cidade de Uberlândia-MG com o objetivo de aproximar os estudantes dos elementos do seu cotidiano, tornando-os construtores interpretativos da realidade vivida, despertando assim a curiosidade e a aproximação dos fatos analisados como possibilidades de aprendizagem, tentando melhorar o seu comportamento em relação ao ambiente escolar como por exemplo zelar pelas salas de aula, o pátio limpo, o barulho, o respeito aos colegas e a professora durante o tempo em que permanecem na escola e acreditar que ele também leve esse comportamento para o seu ambiente social fora do espaço escolar.

**Palavras-chave:** Educação, Socioambiental, Multidisciplinar, Saber Ambiental.

### TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL DO MUNDO PARA O BRASIL.

A escola é o espaço social e o local onde o aluno dará sequência ao seu processo de socialização. O que nela se faz se diz e se valoriza representa um exemplo daquilo que a sociedade deseja e aprova. Comportamentos ambientalmente corretos devem ser aprendidos na prática, no cotidiano da vida escolar, contribuindo para a formação de cidadãos responsáveis.

Considerando a importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, a escola deverá oferecer meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e sua consequência para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente.

Para isso a Educação Ambiental deve ser abordada de forma sistemática e transversal, em todos os níveis de ensino, assegurando a presença da dimensão ambiental de forma interdisciplinar nos currículos das diversas disciplinas e das atividades escolares.

---

<sup>1</sup> Prof. Dr. na Escola Técnica de Saúde – ESTES da Universidade Federal de Uberlândia – UFU, paulo.silva@ufu.br

Loureiro (2003) afirma que entre 1501 a 1760, com base na expansão colonial européia e no crescimento do capitalismo agrário, verifica-se uma ampliação desenfreada de domínio nos diversos lugares nas Américas como na Europa e por consequência disso uma ampla degradação do espaço geográfico.

O crescimento desorganizado da indústria e da urbanização, entre os anos 1760 a 1945 levou a sufocar o meio ambiente propiciando os primeiros sinais de extinção de espécies decorrentes da ação humana.

Brandão (2007) afirma que com esse processo assistimos por toda a parte pessoas, animais, plantas e florestas tornando-se mercadorias, cujos valores são regidos por um sistema de interesses, lucros e concentração de poderes.

Assim, observa-se que com a explosão demográfica, a consolidação de um modelo industrial e consumista, o desenvolvimento tecnológico e a ocidentalização planetária o surgimento dos problemas sofridos pelo meio ambiente mundial, ocorrendo de maneira acelerada e na maioria das vezes descontroladas (LOUREIRO, 2003).

A natureza, os ambientes e a vida não somente estão ameaçados como também são facilmente convertidos em meras mercadorias pelo homem que se apossa de tudo o que pode converter em lucro, em nome de um capital sem rosto e nome, disfarçado, de progresso ou desenvolvimento, porém, o fato é que aos estarmos perdendo os sentidos essenciais, sentimentos ancestrais e significados a respeito do valor original de nós mesmos, seres humanos e a respeito do valor Vida (BRANDÃO, 2007).

Percebe-se então que os problemas ambientais não são recentes e o que temos hoje é o agravamento dos mesmos, gerado pela humanidade, ao longo do processo civilizatório. O debate acerca desses problemas também não é recente.

No ano de 1965, educadores reunidos na Conferência de Keele, na Grã-Bretanha, concordavam que a dimensão ambiental deveria ser abordada imediatamente na escola, fazendo parte da educação de todos os cidadãos, surgindo dessa forma à expressão Educação Ambiental – EA.

Em 1970, a Sociedade Audubon<sup>2</sup> publicaria Um lugar para viver, um manual para professores que incorporava a dimensão ambiental em várias atividades curriculares e viria a se tornar um clássico da literatura sobre educação ambiental (DIAS, 1991).

---

<sup>2</sup> Fundação criada na Inglaterra para conservar e restaurar os ecossistemas naturais, com foco em aves, outros animais selvagens e dos seus habitats em benefício da humanidade e da diversidade biológica da terra. No Brasil a fundação atua desde os anos de 1970.

Na sequência dos fatos históricos em 1972, o Clube de Roma publicou o relatório, Os limites do crescimento econômico, denunciando que o crescente consumo mundial levaria a humanidade a um limite de crescimento e, possivelmente, a um colapso.

Em consequência da repercussão internacional desse relatório foi realizada, neste mesmo ano, a Conferência da Organização Nações Unidas – ONU sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo, reunindo representantes de 113 países.

Foi nessa conferência a primeira vez na história da humanidade em que o tema ambiental e a necessidade de compatibilizar a economia com o manejo sustentável de recursos naturais foram incorporados na agenda política internacional (FREIRE et al, 2006).

Freire (2006) considera que a Carta de Belgrado é um dos elementos vitais para a solução da crise do meio ambiente mundial. Indica a necessidade de uma nova ética global, capaz de promover a erradicação da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, da exploração e da dominação humana e rebate o desenvolvimento de uma nação à custa de outra, acentuando a urgência de formas de desenvolvimento que beneficiassem toda a humanidade.

A UNESCO (1997) em colaboração com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente realiza em 1997, a primeira conferência intergovernamental sobre educação ambiental, na cidade de Tbilisi, na Geórgia (ex-URSS), nela foi definindo seus objetivos, características, recomendações e estratégias pertinentes no plano nacional e internacional.

Para Zakrzewski (2003) reconhece que a grande relevância dessa conferência está na ruptura com as práticas reduzidas ao sistema ecológico, demasiadamente implica em uma educação conservacionista, fortemente atrelada aos aspectos político-econômicos e sócio-culturais, não mais permanecendo restrito ao aspecto biológico da questão ambiental.

Sendo assim, a educação ambiental surge no nosso país muito antes da sua institucionalização no governo federal. Através de artigos de autores brasileiros e de um persistente movimento conservacionista. Dias (1991), relata que em 1970, fundava-se no Brasil a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural, precursora de movimentos ambientalistas em nosso território, quando ainda não tínhamos nem mesmo uma legislação ambiental, como a maioria das nações.

Um desafio interessante ocorre nas décadas de 1960 a 1970, quando o Regime Militar coibia o debate político e as ações coletivas, onde a temática social não fazia parte da pauta educacional. O debate ambiental representava um obstáculo à consolidação da nova ideologia nacional, baseada na busca contraditória do desenvolvimento econômico.

No início dos anos 1970 a questão ambiental se une às lutas pelas liberdades democráticas, que se manifesta através da ação isolada de professores, estudantes e escolas, por

meio de pequenas ações de organizações da sociedade civil ou mesmo de prefeituras municipais e governos estaduais com atividades educacionais relacionadas às ações voltadas à recuperação, conservação e melhoria do meio ambiente (BRASIL, 2005).

A institucionalização da educação ambiental no governo federal brasileiro teve início em 1973, com a criação, no Poder Executivo, da Secretaria Especial do Meio Ambiente—SEMA, primeiro organismo oficial brasileiro, de ação racional, orientado para a gestão integrada do meio ambiente. Originariamente concebida como um órgão de controle de poluição e estabeleceu o programa das estações ecológicas tanto em nível de pesquisa como a preservação e deixou conquistas significativas em normatizações.

É interessante frisar que após o Encontro de Belgrado (1975), a EA no Brasil era comentada em alguns órgãos estaduais ligados ao meio ambiente, já nos setores educacionais era confundida com ecologia. Em 1976, o Ministério de Educação e Cultura - MEC e o Ministério do Interior - MINTER firmaram —Protocolo de Intenções, visando à cooperação técnica e institucional em EA, configurando-se num canal formal para o desenvolvimento de ações conjuntas.

No mesmo ano ocorreu também a criação dos cursos de pós-graduação em Ecologia nas Universidades do Amazonas, Brasília, Campinas, São Carlos e o Instituto Nacional de Pesquisas Aéreas - INPA em São José dos Campos. Dias (1991), complementa:

[...] as ações referentes a Educação Ambiental na América Latina começaram a se organizar em 1979, quando ocorreu na Costa Rica o Encontro de Educação Ambiental para a América Latina. Esse encontro fez parte de uma série de seminários regionais de EA para professores, planejadores educacionais e administradores, promovidos pela UNESCO. Nesse ano no Brasil o departamento do Ensino Médio/MEC e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB) publicam o documento —Ecologia - Uma proposta para o Ensino de 1º e 2º graus.

Em 1981 o movimento ambientalista brasileiro conquista à publicação da Lei 6.938, que dispunha sobre a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Através da PNMA, o governo federal estabeleceu, no âmbito legislativo, a necessidade de inclusão da EA em todos os níveis de ensino, incluindo a educação da comunidade, objetivando a capacitá-la para a participação ativa na defesa do meio ambiente, evidenciando a capilaridade que se desejava imprimir a essa prática pedagógica (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, a educação ambiental vem sendo pensada e vivenciada do ponto de vista histórico, há pouco tempo, sendo assim, ela deve ser entendida como um conceito em

construção, mas que deve conduzir a uma contextualização de uma práxis educativa transformadora da realidade ambiental em que se encontra.

Os objetivos almejados com o desenvolvimento do projeto foram:

- Desenvolver ações de Educação Ambiental com alunos das séries iniciais;
- Estimular a formação da consciência socioambiental;
- Sensibilizar as crianças sobre a importância de zelar pelo ambiente em que vivem como a sala de aula, a casa, as praças, as ruas;
- Esclarecer as crianças sobre a importância dos recursos naturais (sua origem, seu uso, seu fim).

## CAMINHAR METODOLÓGICO APLICADO NA PESQUISA

Para alcançar tais objetivos foram traçados a seguinte metodologia:

### **Primeira etapa.**

- Reunião com corpo docente do período vespertino (professores, vice direção, serviços e estudantes);
- Apresentação do projeto de Educação Ambiental;
- Reunião com professores para identificação de ações de educação ambientais já praticadas em sala e detalhamento das novas propostas;
- Reunião com serviços sobre a limpeza, coleta e destinação final dos resíduos coletados;
- Preparação do material utilizado nas oficinas;
- Definição das atividades a serem praticadas.

### **Segunda Etapa**

- Primeiros encontros com os alunos em sala de aula;
- Rodas de conversas sobre temas envolvendo educação ambiental;
- Oficinas interativas, exibição de filmes e documentários como [www.iverdes.com.br/.../agua-videos-para-educacao-ambiental.html](http://www.iverdes.com.br/.../agua-videos-para-educacao-ambiental.html) e [www.sunnet.com.br/.../Teatro-Infantil-para-Educacao-Ambiental-GP](http://www.sunnet.com.br/.../Teatro-Infantil-para-Educacao-Ambiental-GP);
- Produção de material pelos alunos através das técnicas de reciclagem.

### **Terceira Etapa**

- Seleção dos melhores trabalhos produzidos pelos alunos;
- Realização da Exposição “**Meu Ambiente Escolar**”;
- Realização do projeto “Dia de limpeza” na escola;

Esta atividade consistiu na participação dos estudantes com as servidoras da limpeza durante a faxina para observação do volume de resíduos na escola e também quantificá-los e agrupá-los conforme composição;

- Exposição dos dados levantados sobre a limpeza na escola;
- Realização da atividade “Dia no Parque”;

Esta ação destina em levar as crianças envolvidas nas atividades a uma atividade de lazer e recreação em um parque da cidade.

## **A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PRÁTICA NA ESCOLA.**

Na educação o PNMA não alterou muita coisa na prática, a questão ambiental continuou sendo vista como algo pertinente às florestas, mares e animais ameaçados de extinção e a educação ambiental como algo tão perigoso que a abordagem meramente ecológica das questões ambientais permanecia.

Assim, o parecer 819/85 do MEC reforçou a necessidade da inclusão de conteúdos ecológicos ao longo do processo de formação do ensino de 1º e 2º graus, integrados a todas as áreas do conhecimento de forma sistematizada e progressiva, possibilitando a formação da consciência ecológica do futuro cidadão.

No Brasil as universidades brasileiras começaram a inserir a educação ambiental através dos Seminários Nacionais sobre Universidade e Meio Ambiente, ocorridos no período de 1986 a 1990, sendo o primeiro realizado em Brasília (1986) com o objetivo de iniciar um processo de integração entre as ações do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA e do sistema universitário (FREIRE, 2006).

Da mesma forma, um marco importante para a educação ambiental no Brasil foi a Constituição Federal de 1988, que estabeleceu, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de promover a educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Com a constituição o debate em torno das questões ambientais avançou no cenário nacional, fortalecendo e mencionando explicitamente a importância do meio ambiente para a nação.

No ano de 1991, ocorreu o Encontro Nacional de Políticas e Metodologias para a Educação Ambiental, promovido pelo MEC e SEMA, com apoio da UNESCO/Embaixada do Canadá em Brasília, com a finalidade de discutir diretrizes para definição da Política da Educação Ambiental e foi assinada a Portaria 678/91 do MEC.

Esta portaria determinou que a educação escolar deveria contemplar a educação ambiental, permeando todo o currículo nos diferentes níveis e modalidades de ensino, enfatizando a necessidade de investir na capacitação de professores e foram criadas duas instâncias no Poder Executivo, destinadas a lidar exclusivamente com a Educação Ambiental.

Uma criou um grupo de Trabalho de Educação Ambiental do MEC, que em 1993 se transformou na Coordenação Geral de Educação Ambiental - COEA/MEC, com o objetivo de definir com as Secretarias Estaduais de Educação, as metas e estratégias para a implantação da educação ambiental no país e elaborar proposta de atuação do MEC na área da educação formal e não-formal para a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Outra divisão de Educação Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, cujas funções serviram para institucionalização da Política de Educação Ambiental no âmbito do SISNAMA. Em 1992, o IBAMA instituiu os Núcleos de Educação Ambiental em todas as suas superintendências estaduais, visando operacionalizar as ações educativas no processo de gestão ambiental na esfera estadual.

## **O QUE DIZ A CONSTITUIÇÃO**

No ano de 1992, realizou-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, conhecida também como Rio 92 ou ECO 92, tentando concretizar a proposta de desenvolvimento sustentável e avaliar os avanços e dificuldades em relação à questão ambiental no mundo.

Um dos documentos resultantes da ECO 92, foi a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento ou Carta da Terra, com o objetivo do estabelecimento de uma nova e justa parceria global, com novos níveis de cooperação entre os Estados e os setores da sociedade.

O MEC realizou durante a ECO 92 um workshop com o objetivo de socializar os resultados das experiências nacionais e internacionais de educação ambiental para discutir metodologias e currículos, desse encontro resultou a Carta Brasileira para a Educação Ambiental.

Esta carta reconhece a educação ambiental como um dos instrumentos mais importantes para viabilizar a sustentabilidade como estratégia de sobrevivência do planeta, admite ainda que a lentidão da produção de conhecimentos, a falta de comprometimento real do Poder Público no cumprimento e complementação da legislação em relação às políticas específicas de EA, em todos os níveis de ensino, consolida um modelo educacional que não responde às reais necessidades do país (BRASIL, 2005).

No ano de 1993, o MEC instituiu um grupo de trabalho para educação ambiental, com o objetivo de coordenar, apoiar, acompanhar, avaliar e orientar as ações, metas e estratégias para a implementação da educação ambiental nos sistemas de ensino em todos os níveis e modalidades, concretizando as recomendações aprovadas na ECO 92.

Em 1996, a COEA/MEC, promoveu três cursos de Capacitação de Multiplicadores em Educação Ambiental, a partir do Acordo BRASIL/UNESCO, a fim de preparar técnicos das Secretarias Estaduais da Educação, Delegacias Regionais da Educação do MEC e algumas Universidades Federais, para atuarem no processo de inserção da EA no currículo escolar (FREIRE et al, 2006).

A criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais— PCN, definidos pelo MEC com a colaboração de especialistas, instituições e entidades de estudos e pesquisas educacionais, torna-se um ponto significativo no âmbito da educação formal criado em 1998. Esse conjunto de documentos aponta a necessidade da construção de currículos mais adequados às peculiaridades culturais de cada região do País e a inclusão de temas que envolvam questões sociais para a reflexão dos alunos, onde a dimensão ambiental é inserida como um tema transversal nos currículos do Ensino Fundamental (FREIRE et al, 2006).

Ainda segundo Freire et al (2006), os PCNs não constituem um currículo, mas um referencial orientador para apoiar a escola na elaboração do seu programa curricular. Além disso, estabelecem os temas transversais, os quais são de abrangência nacional que permeiam todas as áreas do conhecimento, assegurando à escola cumprir seu papel de fortalecimento da cidadania. Neles o meio ambiente aparece como transversal nos currículos, na tentativa de superar as compartimentalizações das áreas do conhecimento.

Os PCNs apontam as Ciências Naturais como promotoras da EA em todos os seus eixos temáticos e indica que essa área do conhecimento reconhece o ser humano como parte integrante da natureza, relacionando sua ação às alterações dos recursos e ciclos naturais, abordando os limites desses recursos e as alterações nos ecossistemas, e apontando para a necessidade de planejamento em longo prazo (BRASIL, 1997).

A promulgação da Lei nº 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA institucionaliza a educação ambiental e legaliza seus princípios, transformando-a em políticas públicas, além de fornecer à sociedade um instrumento de cobrança para a sua promoção.

Por iniciativa de educadores ambientais 1991 realizaram uma reunião com o MMA para se buscar apoio às redes de educação ambiental. A partir de então, o Fundo Nacional de Meio Ambiente - FNMA apoiou o fortalecimento da Rede Brasileira de Educação Ambiental -

REBEA, que foi institucionalizada em 1988 como uma prática de comunicação e organização social em rede.

A REBEA lançada em 1992, no II Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, onde se adotou o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global como carta de princípios. Suas reuniões foram acontecendo paralelamente aos fóruns de EA e em vários encontros ambientalistas e de educadores, com uma participação maior de São Paulo e com uma presença forte de professores universitários, (AMARAL, 2004).

A consolidação dessa Rede e o fortalecimento de metodologias e práticas voltadas para a EA no país ocorreram com o IV Fórum de Educação Ambiental, realizado em Guarapari, Espírito Santo, em agosto de 1997 e com o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental e o Encontro da Rede Brasileira de EA, em novembro de 2004, em Goiânia

Amaral (2004) mostra um crescente cenário de multiplicação de redes e trouxeram uma reformulação do papel da REBEA já que a mesma foi criada para articular educadores ambiental em abrangência nacional e seu papel de articulação em diversos estados brasileiros foi substituído pelas redes locais.

No ano de 2002, a Lei nº 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto nº 4.281, que define, entre outras coisas, a composição e as competências do Órgão Gestor da PNEA lançando, assim, as bases para a sua execução. Com isso, em 21 de julho de 2003, o MMA e o MEC promoveram a reunião de instalação do Órgão Gestor da PNEA, um passo decisivo para a execução das ações em educação ambiental no governo federal, tendo como primeira tarefa a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica para a realização conjunta da Conferência Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Em novembro de 2003, foi realizada a Conferência Nacional do Meio Ambiente, em suas versões adulto e infanto-juvenil (BRASIL, 2005).

Na ocasião, reconhecendo a necessidade da articulação e do fortalecimento mútuo das Comissões Interinstitucionais Estaduais e das Redes de Educação Ambiental, foi elaborado o documento Compromisso de Goiânia, que consiste no estabelecimento de um importante e pioneiro pacto entre as esferas de governo para a criação de políticas e programas estaduais e municipais de EA, sintonizados com o ProNEA (BRASIL, 2005).

## **NA ESCOLA E NOS CURRÍCULOS**

Primeiramente, os sistemas de ensino incorporaram em seus programas, objetivos e conteúdos relacionados ao Meio Ambiente considerando apenas os aspectos biológicos e geográficos, não levando em conta a contribuição das ciências sociais na perspectiva e compreensão do conceito de ecossistema (DIAS, 1993).

A expressão Educação Ambiental ou *environmental education*, foi lançado em 1965, na Inglaterra, numa Conferência de Educação que aconteceu na Universidade de Keele, mas já existia a expressão "estudos ambientais" no vocabulário dos professores da Grã-Bretanha. Em 1969, na cidade de Leicester na Gra-Bretanha foi criada a Sociedade para a Educação Ambiental, (BOTELHO, 1998).

Assim, a Educação Ambiental enquanto conhecimento sistematizado encontra-se em franco processo de construção de suas bases teóricas e conceituais uma vez que reflete o que acumulamos e aprendemos de forma muitas vezes não-linear e contraditória.

Essas aprendizagens que avaliamos como insuficientes, evidenciam a necessidade de avançarmos cada vez mais no sentido de aproximar nossas reflexões a práticas e atitudes mais consistentes e efetivamente emancipadoras, bem como aos desejos de mudanças que alimentam nossa capacidade de responder aos desafios postos.

Torna-se necessário considerar que os tempos de aprendizagem de temáticas como essa não se realiza nos mesmos moldes tradicionais da lógica sustentada nos eixos repetição e memorização, a mobilização da compreensão aliada à pedagogia do exemplo pode apontar possíveis rumos neste percurso.

A Educação Ambiental vem sendo pensada e vivenciada do ponto de vista histórico, há pouco tempo, sendo assim, ela deve ser entendida como um conceito em construção, mas que deve conduzir a uma contextualização de uma práxis educativa transformadora da realidade ambiental em que se encontra.

## **O QUE CONSEGUIMOS COM O PROJETO**

Primeiro salientar que na minha vida como docente na Universidade Federal de Uberlândia – UFU esse foi um dos projetos mais incríveis que já realizei. Fiquei tão empolgado com os resultados que permaneci na escola que desenvolvemos o projeto por mais dois anos.

O principal resultado de tudo foi o encantamento das crianças quando foi permitido que elas confeccionassem os materiais, sendo autores do que eles quisessem falar, fazer, ilustrar, demonstrar, construir, visualizar permitindo um universo que partisse de si e não da professora.

Um resultado marcante foi de uma menininha de 6 anos em que no dia da oficina de flores no qual eu disse para desenhar as flores da sua rua, da sua casa e ela chegou até mim e disse eu posso desenhar uma flor verde? Perguntei. Você gosta de flores verdes? Ela disse, não, eu queria ver como seria uma flor verde, porque só conheço flores vermelhas. Eu disse que sim que poderia desenhar uma flor verde. Parei, pensei e perguntei. Será que as flores verdes também precisam ser respeitadas iguais às vermelhas ou amarelas. Ela respondeu, “acho que

sim, porque não importa as cores dela e sim o tanto que são bonitas” e na escolinha a professora pedia pra pintar as flores de verde e as flores de vermelha, afirma garotinha.

Então são resultados como esse que nos leva reafirmar a importância de trazer a criança ou estudante de forma de geral para se tornarem agentes e construir por si uma representação do elemento vivido, não importa se ele seja imaginário ou real, o importante é oportunizar o novo, o descobrir, o despertar, o interpretar questões que às vezes estão ao seu lado e mecanicamente falando de algo tão distante dele e por isso talvez a educação ambiental seja tão subjetiva.

Outros resultados também foram importantes.

O envolvimento das crianças com a escola, sendo curiosas em observar se as salas estavam limpas ao saírem e ao chegarem;

O despertar nas crianças sobre uma nova forma de ver as questões ambientais e que elas estão presentes em todos os lugares por onde circulam e não só na floresta ou no rio;  
Salas de aulas mais limpas e relatos das mães também falando sobre elas comentarem sobre as questões em casa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Qualquer programa, proposta, projeto ou disciplina de educação ambiental deve promover, simultaneamente, o desenvolvimento de conhecimentos com atitudes, comportamentos e habilidades necessárias à preservação e a melhoria na qualidade ambiental;

A iniciativa da promoção da Educação Ambiental nas séries iniciais, talvez seja uma maneira de começar a mudar o cenário de um futuro próximo, seria começando trabalhar com valores ambientais com o intuito de contribuir para cidadãos que olhassem também para os valores ambientais;

Uma educação ambiental efetiva não pode ser concebida em partes, sua abrangência deverá contemplar ao espaço construído, o natural e ao social. Ele deve também ser vinculado à realidade das pessoas como um bem comum, de base local e ao mesmo tempo universal, pois a criança também tem capacidade de identificar, escolher e pensar sobre os valores ambientais;

A proposta de educação ambiental deve gerar ações transformadoras, objetivando ações coletivas, respeitando as diferenças, levando em conta as percepções, emoções e sentimentos do público, grupo ou comunidade envolvida e trabalhar na perspectiva do futuro, não somente nas esferas racionais como também nas emocionais, autoestima, da afetividade e solidariedade.

A efetivação das propostas de educação ambiental deve surgir tanto pela iniciativa direta da gestão pública, das escolas e pelas pessoas de forma a traduzir as necessidades da comunidade.

Devem ser implantado de forma pontual, contínua e articulado com as instituições capaz de influenciar positivamente as pessoas, respeitando as suas diferentes manifestações, atitudes e decisões.

Assim, cada escola é única, diferente de todas as outras. Cada uma deve refletir sua ação educativa, a imagem e a personalidade de seu corpo docente. E, mesmo assim deverá sempre propor ações contínuas e exigir o cumprimento por parte da escola o que ela teria condições de oferecer.

## REFERÊNCIAS

PEDRINI, A. G. Educação Ambiental. São Paulo: Vozes, 1998.

REIGOTA, M. O Que é Educação Ambiental. São Paulo: Brasiliense, 1994.

RUSCHEINSKY, A. *et al.* Educação Ambiental: Abordagens Múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2002.

TROPPEMAIR, H. Metodologias Para se Estudar o Meio Ambiente. Rio Claro:UNESP, 1998.

NOAL, F.; BARCELOS, V. (Orgs.). Educação ambiental e cidadania: cenários brasileiros. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

WORTMANN, M. L. C. Investigação e educação ambiental: uma abordagem centrada nos processos de construção cultural da natureza. Educação: teoria e prática, Rio Claro, v. 09, n. 16-17, p.36-42. 2001.

REIGOTA, M.; P., R.; RIBEIRO, A. Trajetórias e narrativas através da educação ambiental. Rio do Janeiro: DP&A, 2003.

REIGOTA, M. A floresta e a escola: por uma educação ambiental pós-moderna. São Paulo: Cortez, 2002.

KESSELRING, T. O conceito de *Natureza* na História do pensamento ocidental. Episteme, Porto Alegre, n.11, p.153-172. 2000.

GRÜN, M. Ética e educação ambiental: a conexão necessária. Campinas: Papirus, 2000.

GUIMARÃES, L. B.; BRÜGGER, P.; SOUZA, S. C. de; ARRUDA, V. L. V. (Orgs.). Tecendo subjetividades em educação e meio ambiente. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2003.

CARVALHO, I. A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da Educação Ambiental no Brasil. Porto Alegre: UFRGS, 2001

AGRADECIMENTOS: O projeto foi financiado pela FAMPEMIG/UFU/CNPQ, PIBIC-(EM) 2016-2017.